

Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS



Autora: Margarida Prestes de Souza

Coautoras: Clarice Monteiro Escott e Andréa Poletto Sonza





Projeto Gráfico e Diagramação

Fabiana de Oliveira Keller

Intérprete de Libras

Suelen Bordin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S729a Souza, Margarida Prestes de

Avaliação de política de ações afirmativas do IFRS [recurso eletrônico] / Margarida Prestes de Souza, Clarice Monteiro Escott, Andréa Poletto Souza -- 1.ed.-- Porto Alegre, RS: IFRS, 2024.

1 arquivo em PDF (69 p.)

ISBN 978-65-5950-197-7

Produto educacional elaborado a partir da dissertação intitulada: "Avaliação da política de ações afirmativas do ifrs: construção coletiva de uma proposta de autoavaliação na educação profissional e tecnológica". (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). - IFRS, *Campus* Porto Alegre, RS, 2024.

1. Ensino profissional. 2. Educação inclusiva - avaliação. I. Escott, Clarice Monteiro. II. Souza, Andréa Poletto. III. Título.

CDU: Ed. 2007 (online) -- 377

Catalogação na publicação: Aline Terra Silveira CRB10/1933



SIGLAS

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CPA – Comissão Própria de Avaliação

E-Mec – Sistema de Regulação do Ensino Superior

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

IGC – Índice Geral de Cursos

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Napne – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas

Neabi – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

Nepgs – Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero e Sexualidade

PAAf – Política de Ações Afirmativas

PAI IFRS – Programa de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

PcD – Pessoa com Deficiência

PE – Produto Educacional

ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica



SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Metodologia	10
Guia - Parte 1: As Ações Afirmativas	13
1.1 Nuvem das Palavras – o cenário das Ações Afirmativas na EPT.....	15
1.2 Política de Ações Afirmativas do IFRS.....	16
1.3 conceituando ações afirmativas	18
1.4 Glossário	22
1.5 conceitos de atitudes e relacionamentos	24
1.6 Os núcleos de Ações Afirmativas do IFRS e seus objetivos	28
1.7 O contexto da Política de Ações Afirmativas	29
1.8 Objetivo Geral da Política de Ações Afirmativas.....	31
1.9 Objetivos da Avaliação da PAAf.....	32
Guia - Parte 2: A Avaliação Institucional.....	34
2.1 Avaliação Institucional	35
2.2 A Autoavaliação Institucional do IFRS	37
2.3 Envolvimento da comunidade acadêmico na Avaliação Institucional.....	40
Guia – Parte 3: A Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS	42
3.1 Por que avaliar o Paaf?.....	44
3.2 A proposta de avaliação do PAAf do IFRS	46
3.3 Processo de Avaliação da PAAf.....	47



3.4 A Avaliação da PAAf do IFRS.....	48
Guia – Parte 4: Instrumento de Avaliação da PAAf	51
4.1 Indicadores Autoavaliação Institucional.....	53
4.2 O que acontece na etapa de Análise dos Resultados?.....	60
4.3 Plano de Ação	61
Considerações Finais.....	65
Referências	67



APRESENTAÇÃO

Este **Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS**, é o Produto Educacional (PE), fruto da pesquisa AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS: CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, realizada no âmbito do Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica, do Campus Porto Alegre, do IFRS. Trata-se de um produto educacional classificado como material textual no documento da Área de Ensino CAPES. O PE está vinculado à linha de pesquisa “Organização e Memórias dos espaços pedagógicos em EPT” e ao macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos da EPT.

Destina-se a fornecer orientações e informações detalhadas à comunidade acadêmica do IFRS, sobre a avaliação da Política de Ações Afirmativas (PAAf), visando promover a inclusão, a diversidade e a igualdade na Instituição. Para avaliar a PAAf foram desenvolvidos 08 indicadores qualitativos, a partir dos resultados da pesquisa realizada, distribuídos nos cinco Eixos, das dez Dimensões que compõem o Instrumento de Avaliação Institucional, segundo a Lei do Sinaes (Lei nº 10.861/2004).



Ação Afirmativa refere-se à implementação de medidas específicas para promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como minorias étnicas, pessoas com deficiência e indivíduos de baixa renda.

No âmbito do IFRS, a **Política de Ações Afirmativas (Resolução nº 022/2014)** visa equilibrar as oportunidades educacionais e reduzir as desigualdades estruturais, com foco no acesso, permanência e êxito dos estudantes.

Para tanto, este guia fornece informações da Política de Ações Afirmativas do IFRS, com foco na inclusão e na diversidade. Ele aborda o contexto, a metodologia, os resultados, os desafios e conclusões relacionadas à Avaliação dessa política, por meio da Autoavaliação Institucional.

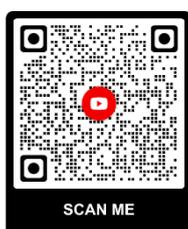
Os indicadores qualitativos, resultados das entrevistas realizadas, poderão compor o **Programa de Autoavaliação Institucional do IFRS**, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação, para a avaliação da PAAf. Tal processo é fundamental para o conhecimento da instituição, bem como para o seu desenvolvimento e aprimoramento.



A Autoavaliação Institucional envolve a análise sistemática e criteriosa dos diversos aspectos que compõem a instituição, desde sua estrutura organizacional, práticas administrativas e acadêmicas, cursos, corpo docente, instalações, entre outras. Essa avaliação permite identificar as potencialidades, as oportunidades de melhoria e as áreas que necessitam de atenção especial, subsidiando a tomada de decisões estratégicas por parte das gestões da reitoria, do campus e de curso.

Os resultados da avaliação destacarão as potencialidades da Política de Ações Afirmativas do IFRS, bem como suas fragilidades ou áreas que requerem aprimoramento.

Com o resultado da pesquisa, como insumo para a criação e desenvolvimento do Produto Educacional, procedeu-se a confecção deste Guia que recebeu o título de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS.



METODOLOGIA

O Guia inicia com o tema Ações Afirmativas, passando para Avaliação Institucional. As duas temáticas constituem os eixos básicos, cuja inter-relação é fundamental para o processo.

Dividimos o Guia em quatro partes, sendo:

- **As Ações Afirmativas** – nesta primeira parte destacamos, a Política de Ações Afirmativas do IFRS, os conceitos de ações afirmativas, o contexto da PAAf do IFRS, os objetivos da avaliação da PAAf e um glossário das palavras que permeiam a temática da PAAf.
- **Autoavaliação no IFRS** – destaque para o Programa de Avaliação Institucional do IFRS e o processo de autoavaliação no IFRS.
- **Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS** – Indicadores para a autoavaliação - criados com base nas categorias finais resultantes da análise de conteúdo na pesquisa realizada, levando em consideração os objetivos propostos na Política de Ações Afirmativas do IFRS.
- **Instrumento de Autoavaliação da PAAf** – uma proposta a partir dos indicadores de Avaliação da PAAf com Plano de Ação com as prioridades, metas e prazos, responsabilidades e recursos necessários para os saneamentos das demandas apontadas no Relatório da CPA, seja referente à instituição como um todo ou à Política de Ações Afirmativas do IFRS especificamente.

Esperamos, com esse Guia, contribuir para a Autoavaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS e, em maior âmbito, com a inclusão permanência e êxito dos estudantes nas instituições da Rede Federal do EPT.



No que se refere ao formato, esse guia foi desenvolvido utilizando os programas Power Point, Canva e Gamma.app.

No que se refere à **acessibilidade** deste Produto Educacional, foram utilizados/as: linguagem simples, bom contraste entre primeiro e segundo plano, fontes sem serifa (sem prolongamentos nas hastes), imagens descritas, alinhamento dos textos à esquerda e QR Code com os Vídeos em Libras em todo o PE.

Boa leitura!



As Ações Afirmativas

IFRS



GUIA - PARTE 1: AS AÇÕES AFIRMATIVAS



Nesta primeira parte do Guia apresentamos a temática Ações Afirmativas, conforme segue:

- Nuvem das Palavras – o cenário das Ações Afirmativas na EPT;
- A Política de Ações Afirmativas do IFRS;
- O conceito de Ações Afirmativas, de acordo os referenciais teóricos utilizados na pesquisa;
- Glossário das palavras que estão inseridas na expressão “Ações Afirmativas”;
- Atitudes e Relacionamentos: conceitos;
- Os Núcleos de Ações Afirmativas: Napne, Neabi e Nepgs;
- Contexto da Política de Ações Afirmativas do IFRS;
- Objetivos da Avaliação da PAAf.



1.1 NUVEM DAS PALAVRAS – O CENÁRIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EPT

Profept Autoestima Ações Afirmativas
Preconceito Etnia Barreiras Pertencimento Racial Acessibilidade
Avaliação Direitos Humanos
Educação Profissional E Tecnológica Racismo Estigmas Pcd
Política Institucional Sexismo



1.2 POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS



A Resolução do Conselho Superior nº 022, de 25 de fevereiro de 2014 ([Resolução nº 022/2014](#)), aprova a Política de Ações Afirmativas do IFRS, a qual traz nas disposições gerais, em seu artigo 1º que:

A PAAf é orientada para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos.



1.3 CONCEITUANDO AÇÕES AFIRMATIVAS



Podemos falar em **ação afirmativa** como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado. A ênfase em um ou mais desses aspectos dependerá do grupo visado e do contexto histórico e social (Moheleck, 2002, p. 7).

Para Lousada (2015) pode-se conceituar ação afirmativa como toda a ação institucional que se volte à superação das desigualdades sociais diversas impostas historicamente a populações ou grupos discriminados, especialmente, por questões de ordem étnico-racial, classe social e gênero. Há ainda que se considerar o fato de que tratar homoganeamente os desiguais numa sociedade desigual somente estabelece a manutenção das desigualdades e, portanto, da injustiça, em suas mais diversas facetas, muitas vezes, disfarçadas pelo discurso da meritocracia originado no ideário moderno europeu.





Segundo Brito Filho (2014), as **ações afirmativas** correspondem às políticas públicas ou privadas cujo objetivo é promover a inclusão de grupos ou pessoas historicamente privadas do acesso à educação, ao trabalho, entre outras. Estas pessoas são discriminadas de diversas formas, seja por sua etnia, raça, religião, deficiência, gênero, entre tantas outras. O IFRS, através da Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, vem trabalhando para manter a qualidade dos serviços prestados às Ações Afirmativas da instituição, conforme Resolução nº 22/2014.

Assim, o IFRS vem construindo sua trajetória como uma instituição inclusiva, que respeita a diversidade.



1.4 GLOSSÁRIO

ACESSIBILIDADE

Qualidade do que é acessível, sem barreiras. O termo é utilizado para definir a possibilidade e condição de alcance e percepção, com autonomia, pela pessoa com deficiência ou limitações físicas, ao acesso do meio físico, do transporte, da informação e da comunicação.

BARREIRAS

Barreiras à acessibilidade são aqueles empecilhos que as PcDs precisam superar para alcançar seu objetivo de ir e vir, como falta de rampas, banheiro não adaptado, portas estreitas. Tem a barreira atitudinal que diz respeito à atitude preconceituosa da pessoa em relação à PcD, entre outras.

DIREITOS HUMANOS

Conjunto de direitos considerado indispensável para a pessoa humana, pautado na liberdade, igualdade e dignidade e na sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a ela.

ETNIA

Refere-se a um grupo de indivíduos que partilham a mesma história, origem, cultura, religião, língua e tradições.



PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)

De acordo com a Lei Brasileira da Inclusão (Lei 13.146/15) PcD é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, p. 8).

PRECONCEITO

É o conceito formado antes de conhecer. Nas relações sociais, ele pode levar à discriminação e causar efeitos devastadores do ponto de vista social. São julgamentos negativos que fazemos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, sem ter base na realidade, antes mesmo de conhecê-las.

RAÇA

Raça, refere-se ao âmbito biológico; a seres humanos. Engloba características fenotípicas, como a cor da pele (Santos et al, 2010, p. 123).

SEXISMO

É uma maneira de discriminar alguém pelo sexo ou gênero.



1.5 CONCEITOS DE ATITUDES E RELACIONAMENTOS



O racismo é fruto das desigualdades existentes nas relações sociais entre pessoas brancas e grupos constituídos, principalmente, por pessoas pretas, pardas e indígenas. Superá-lo é um desafio e responsabilidade de toda a sociedade.





Autoestima é o sentimento de amor próprio, de valorização dos atributos pessoais e da cultura a que pertence, que é construído a partir das relações que estabelecemos com as outras pessoas, na família, na escola e em outros espaços sociais.





Estigmas são características negativas que atribuímos a pessoas ou grupos e que comprometem o seu pleno desenvolvimento humano (Carreira; Souza, 2013).





Toda **identidade** pessoal ou coletiva é construída na relação com outras pessoas e grupos e não se constitui em algo fixo, transformando-se ao longo do tempo. Abordamos aqui a necessidade de a escola reconhecer e valorizar as identidades dos grupos discriminados pela sociedade (negros, indígenas, homossexuais, mulheres, migrantes, ciganos etc.) (Carreira; Souza, 2013).



1.6 OS NÚCLEOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS E SEUS OBJETIVOS



NAPNE

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

Napne: o [Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas](#) tem o compromisso de fomentar o processo de inclusão e de ações afirmativas do IFRS, com a formação integral do ser humano e o relacionamento que estabelece com o mundo do trabalho.



NEABI

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

Neabi: o [Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas](#) objetiva a reformulação nas práticas pedagógicas, com vistas ao combate da desigualdade e da discriminação racial, à promoção de inclusão de pessoas negras e indígenas. Colabora na implantação do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.



NEPGS

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade

Nepgs: o [Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade](#) objetiva desenvolver atividades que envolvam a comunidade escolar em discussões de conscientização e desconstrução de preconceitos sociais relacionados às questões de gênero e sexualidade.



SCAN ME

1.7 O CONTEXTO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS



No contexto do IFRS, as ações afirmativas são fundamentais para promover um ambiente acadêmico diverso e inclusivo. A Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS envolverá a análise criteriosa de sua efetividade, na promoção da igualdade e na criação de um ambiente acolhedor para todos os estudantes, na perspectiva do acesso, permanência e êxito de todos os estudantes, especialmente aqueles atendidos pela Política de Ações Afirmativas do IFRS, materialização efetiva de seus objetivos estabelecidos.

Ao longo desse processo, é essencial garantir a objetividade, a transparência e a participação ativa de toda a comunidade acadêmica. Somente assim, será possível obter uma visão holística do desempenho institucional e identificar oportunidades de aprimoramento que impactarão positivamente a qualidade dos serviços prestados.



1.8 OBJETIVO GERAL DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS



Promover Ações Afirmativas no IFRS, mediante programas específicos, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade (IFRS, 2014).



1.9 OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO DA PAAf

Identificar as potencialidades

daqueles aspectos que se destacam e que contribuem para o atendimento dos objetivos da Política, como: a promoção do respeito e diversidade; o acesso em todos os níveis e modalidades de ensino; apoio à permanência e êxito, à educação para as relações na diversidade; adaptação dos currículos; minimização das barreiras de aprendizagem; acompanhamento de egressos, entre outros.

Reconhecer as fragilidades

pois a avaliação também visa reconhecer as áreas que necessitam de melhorias e aprimoramento. Esse diagnóstico possibilita que a instituição elabore um plano de ação direcionado para o desenvolvimento dessas fragilidades, visando o aperfeiçoamento contínuo da Política de Ações Afirmativas, especialmente no acesso, permanência e êxito do estudante.

Comunidade Acadêmica

O processo de autoavaliação institucional pode promover o engajamento da comunidade acadêmica - estudantes, docentes, técnico-administrativos e gestores. Ao envolver os diferentes atores no processo avaliativo, a instituição fortalece o sentimento de pertencimento e estimula a participação ativa na construção de soluções para os desafios identificados.



Autoavaliação Institucional

no IFRS



GUIA - PARTE 2: A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



TUA OPINIÃO **IMPACTA** O #MUNDOIFRS

Responda ao questionário de

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

PRORROGADO Participe até o dia **01/12** 🔍

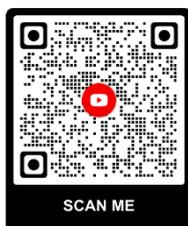
   IFRSoficial  AVALIACAO.IFRS.EDU.BR

Nesta segunda parte do Guia apresentamos a temática Avaliação Institucional do IFRS, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação, com o intuito de demonstrar nossa proposta de avaliação da PAAf e como se dará o processo:

- Avaliação Institucional;
- A Autoavaliação Institucional do IFRS;
- Envolvimento da Comunidade Acadêmica.



2.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



De acordo com o [Programa de Avaliação Institucional do IFRS](#), a instituição assume o compromisso com a concepção de avaliação emancipatória cujos processos de autoavaliação e meta avaliação devem constituir-se de momentos caracterizados pela retomada crítica de todo o processo institucional desenvolvido, servindo de ponte entre o passado avaliado e o futuro projetado.

Desta forma, o conceito de qualidade é assumido como associado à pertinência da educação profissional de nível médio e superior, uma vez que qualidade não é um atributo abstrato relativo a propriedades de um objeto comparado a outros.

Como instituição pública, o IFRS deve dimensionar-se como instituição social e sua pertinência em relação ao conjunto de sistemas educativos, sociocultural, político e com o Estado (IFRS, 2012, p. 8).



2.2 A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO IFRS



A Autoavaliação Institucional do IFRS é participativa e toda a comunidade acadêmica deve participar efetivamente, não apenas como fonte de informação, mas como membro avaliador.

Ao final da avaliação a Comissão Própria de Avaliação – CPA, consolida o relatório final, com base nas percepções dos avaliadores, isto é, de todos os participantes da comunidade acadêmica que participaram da autoavaliação, com suas críticas e considerações a respeito de toda a instituição, como as políticas institucionais, a organização didático pedagógica, o corpo docente e técnico administrativo, as instalações físicas, entre outros, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

As percepções dos avaliadores quanto à Política de Ações Afirmativas do IFRS, também são consideradas, sendo o avaliador efetivamente beneficiado pela política ou não.





Na Autoavaliação Institucional todos são os interessados e beneficiados. Todos são o público-alvo de uma política educacional, como avaliadores e não apenas como avaliados.

Conforme, Souza (2013, p. 175), a avaliação pública é feita com o público, pelo público e para o público aqui entendido como os beneficiados pela política. Este público conhece melhor que ninguém quais são suas reais necessidades, portanto devem participar como avaliadores da política não pelo viés técnico do custo-benefício esperado como resultado, mas pelo caminho da dialogicidade e da politização, que os tornam sujeitos autônomos e autores da realidade que os cerca.



2.3 ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE ACADÊMICO NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1) Comunicação: é importante que a comunicação entre a CPA, a instituição e a comunidade acadêmica seja transparente e eficaz, compartilhando informações sobre seus objetivos, atividades e resultados da avaliação institucional. Isso criará um ambiente de confiança e permitirá que a comunidade entenda melhor o papel e as iniciativas da CPA.

2) Conscientização à participação: a Comissão Própria de Avaliação deve coordenar a sensibilização à participação da comunidade no processo de avaliação, evidenciando a inserção da avaliação da PAAf. A realização de pesquisas de satisfação, a criação de grupos de discussão e a organização de eventos para ouvir as demandas e sugestões da comunidade, podem ser estratégias interessantes para envolver a comunidade. Essa abordagem colaborativa fortalece os laços entre a instituição e as partes interessadas.

3) Feedback: A partir do envolvimento da comunidade acadêmica é possível coletar feedbacks que servirão para orientar as ações de melhoria. Isso denota o quanto a instituição valoriza as contribuições da comunidade acadêmica e que está comprometida em aprimorar seus serviços e atender melhor às necessidades de todos.

4) Divulgação dos resultados: após a análise da autoavaliação, a CPA disponibilizará os resultados a toda comunidade acadêmica, pelos meios de comunicação existentes, além de realizar o relatório parcial de avaliação e o relatório da avaliação da PAAf, para posterior inserção no relatório final da CPA. Caberá, ainda, à CPA a apresentação do Relatório à Gestão da Instituição.



Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS

Indicadores para Autoavaliação



GUIA – PARTE 3: A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS



Nesta terceira parte do Guia apresentamos a nossa proposta de avaliação da PAAf.

- Por que avaliar a PAAf?
- A proposta de avaliação da PAAf do IFRS
- Processo de Avaliação da PAAf
- A avaliação da PAAf do IFRS



3.1 POR QUE AVALIAR O PAAF?



A **Resolução Consup IFRS 022/2014**, traz nas disposições finais:

Art. 15. A Política de Ações Afirmativas do IFRS deverá ser avaliada, anualmente, através de relatório produzido pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Política de Ações Afirmativas a ser enviado à Comissão Própria de Avaliação do IFRS (CPA), para compor o relatório de Avaliação institucional.

Parágrafo único. A avaliação a que se refere o caput do artigo deve pautar-se pela materialização efetiva dos objetivos estabelecidos nesta Política (IFRS, 2014, p. 7).



3.2 A PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO PAAf DO IFRS

A Proposta

O Guia apresenta os indicadores qualitativos para a Avaliação da PAAf. Os indicadores foram dimensionados em uma proposta de avaliação organizada por Eixos do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e questões que contribuam para a avaliação da PAAf. A proposta será analisada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA para que seja incorporada ao Programa de Autoavaliação Institucional, dando à comunidade acadêmica a oportunidade de avaliar a Política de Ações Afirmativas do IFRS.

Os Indicadores

Os indicadores qualitativos advindos dos resultados da pesquisa, desempenham um papel fundamental na avaliação, fornecendo uma compreensão aprofundada da qualidade, impacto e eficácia das práticas e processos relativos à PAAf.



3.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA PAAf

A pesquisa realizada revelou as categorias centrais que devem estar presentes na avaliação da PAAf. Tais categorias, emanadas das entrevistas, foram relacionadas aos objetivos específicos da PAAf, de forma a contribuir com a consolidação dos objetivos e ações da Política.

Categorias Finais

(Resultado das Entrevistas)

- ✓ Acesso, permanência e êxito
- ✓ Acessibilidade, inclusão e diversidade
- ✓ Auxílio estudantil
- ✓ Apoio aos Núcleos de Ações Afirmativas
- ✓ Formação Continuada / formação para os servidores
- ✓ Instituição Inclusiva
- ✓ Práticas educativas sobre diversidade de gênero e sexualidade
- ✓ Sensibilização.

Objetivos Específicos da PAAf

- ✓ Acesso, permanência e êxito
- ✓ Acessibilidade, inclusão e diversidade
- ✓ Articulação entre as políticas voltadas ao estudante
- ✓ Capacitação de servidores
- ✓ Práticas educativas sobre diversidade de gênero e sexualidade
- ✓ Evento de sensibilização.



3.4 A AVALIAÇÃO DA PAAf DO IFRS

Integração dos Indicadores ao Instrumento de Autoavaliação

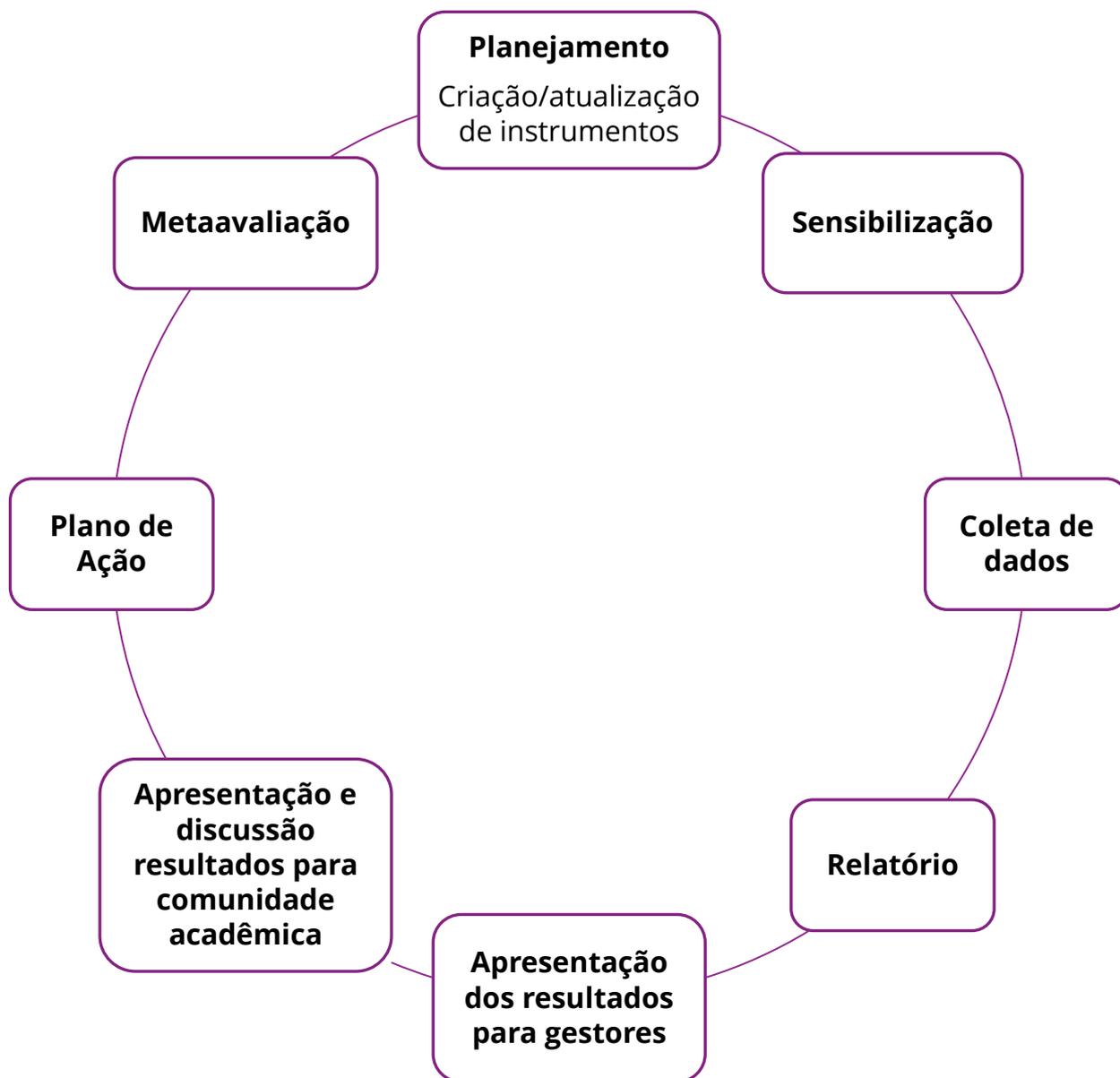
Para garantir que o Instrumento de Autoavaliação Institucional capture a qualidade do processo ora proposto, sugerimos uma abordagem estratégica, onde os indicadores de qualidade da PAAf sejam incorporados de forma coesa e alinhados com os objetivos e critérios de Autoavaliação Institucional.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica

A conscientização e a sensibilização correspondem à uma fase importante do processo de Autoavaliação Institucional para toda a comunidade acadêmica. É o momento de mostrar ao estudante a importância da avaliação do seu curso, professores, das instalações físicas, das possibilidades de participação em programas e das políticas institucionais, como a Política de Ações Afirmativas do IFRS.



Etapas da Avaliação Institucional conduzida pela CPA do IFRS



Fonte: Adaptado de Silveira; Escott (2020).



Instrumento de Autoavaliação da PAAf

Uma proposta de autoavaliação a partir dos
indicadores de avaliação da PAAf



GUIA – PARTE 4: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA PAAF



Nesta quarta parte do Guia apresentamos o instrumento de avaliação da PAAf.

- Matriz com os indicadores propostos e as questões formuladas a partir dos resultados da análise de conteúdo, das entrevistas realizadas durante a pesquisa;
- As ações que deverão ser realizadas após a avaliação, na fase Análise dos Resultados da Autoavaliação;
- Plano de Ação;
- Considerações finais.



4.1 INDICADORES AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

INDICADORES AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 Eventos de sensibilização – participação da comunidade acadêmica na Autoavaliação Institucional

Há eventos de divulgação e sensibilização à toda comunidade acadêmica, quanto à participação no processo de autoavaliação institucional, com destaque para as questões acerca da Política de Ações Afirmativas do IFRS.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Indiferente
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente



EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**2.1 Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial**

A instituição possui uma Política de Ações Afirmativas institucionalizada que se traduz em ações voltadas à valorização da diversidade, em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente



2.2 Prática pedagógica

O planejamento das aulas leva em consideração a prática pedagógica inclusiva. Há práticas educativas sobre a diversidade de gênero e sexual.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Indiferente
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente

A instituição realiza acompanhamento pedagógico e adaptações para Pessoas com Deficiência ou mobilidade reduzida.

- () Discordo totalmente
- () Discordo parcialmente
- () Indiferente
- () Concordo parcialmente
- () Concordo totalmente



Os currículos estão adaptados, conforme legislação vigente, para a oferta de conteúdos referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; para a Educação em Direitos Humanos e para a proteção dos direitos da pessoa com transtornos do Espectro Autista.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Há acompanhamento da trajetória do egresso.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente



EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS**3.1 Política de atendimento aos discentes**

A instituição possui uma **Política de Ingresso Discente**, com cotas, conforme a Política de Ações Afirmativas do IFRS.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

3.2 Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil, contempla programas de acolhimento, permanência, êxito do discente e programas de acessibilidade, monitoria e nivelamento. Além de apoio psicopedagógico.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente



EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO**4.1 Política de capacitação e formação continuada a todos os servidores**

A política de capacitação e formação continuada garante a oferta de cursos de formação na área de Ações Afirmativas, inclusão (social, econômica, educacional e das pessoas com deficiência) e na diversidade humana (étnico-racial, religiosa e de gênero).

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

4.2 Processos de gestão institucional

Os processos de gestão institucional, como as coordenações dos Núcleos de Ações Afirmativas, regulamentam o mandato dos membros que compõem a gestão.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente



4.3 Sustentabilidade participação da comunidade interna financeira

O orçamento considera os resultados apresentados pelo relatório de autoavaliação no que se refere aos recursos financeiros para atendimento aos Núcleos de Ações Afirmativas e as demandas apontadas pela comunidade acadêmica, quanto às carências no desenvolvimento das Ações Afirmativas.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA**5.1 Acessibilidade às Instalações Físicas**

As instalações físicas como sala de aula, biblioteca, laboratórios, sala dos professores, banheiros e demais espaços institucionais possuem acessibilidade física.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Fonte: as autoras



4.2 O QUE ACONTECE NA ETAPA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS?

- O resultado da avaliação da PAAf na Instituição fará parte do Relatório Anual da CPA e será encaminhado ao Inep, via Sistema e-MEC.
- A gestão, de posse dos resultados, poderá atuar na busca de alternativas e estratégias para minimizar as fragilidades, as desigualdades, criadas ou reproduzidas pela PAAf e;
- Até mesmo, redimensionar os aspectos da política que estão prejudicando sua efetividade na instituição.

É imprescindível que os resultados dessa jornada de aprimoramento sejam amplamente divulgados e compartilhados com a comunidade acadêmica, fortalecendo a transparência e a confiança no IFRS.

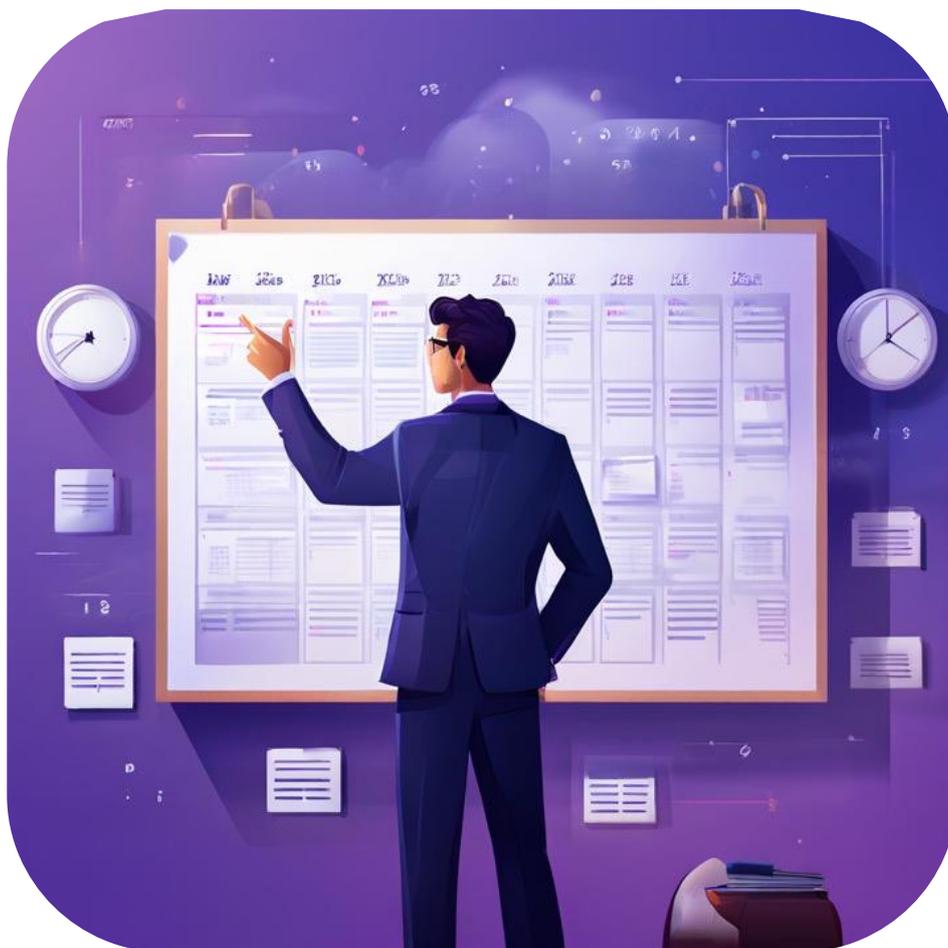


4.3 PLANO DE AÇÃO



Prioridades: Com base na análise dos resultados da avaliação institucional, a CPA deverá identificar as áreas prioritárias que requerem intervenção imediata, incluindo aquelas que se referem às Ações afirmativas.





Prazos e Metas: para cada uma das ações prioritárias, deverão ser estabelecidas metas e prazos para sua implementação, com cronograma detalhado de execução.





Responsabilidades: A execução das ações previstas no Plano de Ação envolve a definição de atribuição de tarefas específicas a indivíduos ou equipes, garantindo o comprometimento e a responsabilidade de todos os envolvidos.





Recursos necessários: Para garantir a efetividade do plano de ação, é essencial alocar os recursos necessários, sejam eles financeiros, humanos ou de infraestrutura. Isso deverá ser feito cuidadosamente, de modo a assegurar que as ações sejam implementadas de forma eficiente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



O objetivo deste Guia é contribuir para a institucionalização da Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, conforme Resolução nº 022/2014.

O que pretendemos é que esse Guia contribua com a CPA e que traga uma proposta que suscite a reflexão para a incorporação dos indicadores de qualidade no Instrumento de Avaliação Institucional do IFRS, o que poderá representar um passo significativo em direção à Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS.

O aprimoramento contínuo desses indicadores qualitativos deverá ser um processo dinâmico, requerendo um compromisso constante com a qualidade e a excelência das ações afirmativas executadas na instituição.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. Diário Oficial da União, n. 72, de 15 de abril de 2004, Seção 1, p. 3-4. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 06 julho de 2015.** Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. **Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com deficiência.** Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRITO FILHO, José Carlos Machado de. Ações afirmativas à luz da Constituição Federal de 1988. *In: Revista Jus Navigandi*, Teresina, a.19, n. 3915, 21 mar. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/27001/acoes-afirmativas-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 3 dez. 2023.

CARREIRA, Denise; SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Indicadores da qualidade na educação: Relações raciais na escola / Ação Educativa**, Unicef, SEPIR, MEC – São Paulo: Ação Educativa, 2013, p. 33. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Indicadores_RR_vf.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.



CPA-IFRS. **Programa de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – PAI IFRS**. Bento Gonçalves, RS. 2012. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/11itb1Jom0o8RstDbp9K_XaUQvExZQ6PN/view.

Acesso em: 27 abr. 2024.

IFRS. Conselho Superior. **Resolução Nº 22 de 25 de fevereiro de 2014**. Política de Ações Afirmativas do IFRS. Bento Gonçalves: Conselho Superior, 2014. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/resolucao-22-14.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

IFRS. **Assessoria de Ações Afirmativas**. 2024. Disponível em:

<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/assessoria-de-acoes-inclusivas-aai/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Guia de Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Temas**. Brasília, 2012. Disponível em:

<https://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

LOUSADA, Vinícius Lima. A Política de Ações Afirmativas do IFRS: o caminho da escola justa? In: SONZA, Andrea Poletto; STRAPAZZON, Jair Adriano. (orgs.). **Ações Afirmativas do IFRS**. Porto Alegre: Companhia Rio Grandense de Artes. 2015.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa História e Debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 197-217. nov. 2002. Disponível em:

https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fcc_artigo_2002_SMoehlecke.pdf

Acesso em: 12 fev. 2024.

PREFEITURA DE NITERÓI. Construindo uma Prefeitura Diversa e Inclusiva. Escola de Governo e Gestão. Disponível em: [Cartilha Antirracista \(niteroi.rj.gov.br\)](http://niteroi.rj.gov.br). Acesso em: 2 maio 2024.



SANTOS, Diego Junior da Silva. et. al. Raça *versus* Etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press O. Orthod**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, maio/jun. 2010.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dpjo/a/cpSn3rmDvrkMNTHj7bsPxgh/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 26 abr. 2024.

SILVEIRA, Lisiane Bender da; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Caderno de autoavaliação do ensino médio integrado**. Porto Alegre: 2020. Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585557/2/PE_Caderno_de_Autoavalia%C3%A7%C3%A3o_do_EMI.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

SOUZA, Lanara Guimarães de. **Avaliação pública de políticas educacionais:**

concepções e práticas avaliativas dos organismos internacionais no Brasil. 2013.

192p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17308/1/Tese%20Lanara%20Souza.pdf>.

Acesso em: 11 mar. 2024.



Acesse no código QR abaixo a playlist com todos os vídeos da interpretação de Libras deste Produto Educacional.

